

Munhoz acusa governo de estimular a especulação

Economia Brasil

1 OUT 1965

A crítica mais contundente ao governo, até agora, não partiu de representantes da oposição, mas, sim, do professor Décio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, em princípio um aliado da equipe que se encontra nos Ministérios da Fazenda e Planejamento. Discursando na abertura do 6º Congresso Brasileiro dos Economistas, Munhoz salientou que "a Nova República é devedora da nação. Seis meses já se passaram e ela se mostra manietada, amarrada", e, segundo Munhoz, "só existem recursos para cobrir a especulação financeira, como jamais se viu neste país".

Cerca de 3 mil pessoas (que lotaram o Centro de Convenções) ouviram atentamente o pronunciamento de Décio Munhoz, que foi interrompido por palmas, quando argumentou que "não se pode aceitar a atual política econômica deste país. É inaceitável fazer discursos voltados para a Avenida Paulista. Nossa atenção tem que estar voltada para a Vila Maria" (bairro periférico de São Paulo).

A crítica de Décio Munhoz só não causou constrangimentos na sessão de abertura do 6º Congresso Brasileiro dos Económistas, devido às ausências do ministro do Planejamento, João Sayad, e de Celso Furtado. O não comparecimento de Sayad foi oficialmente explicado por uma audiência que teria tido, no mesmo momento, com o presidente José Sarney. O ministro da Cultura, Aluísio Pimenta, que fez um rápido discurso na abertura dos trabalhos, saiu minutos antes de Munhoz criticar a Nova República.

Depois de assinalar que os brasileiros ficaram "décadas" à "espera de um país diferente", o professor Munhoz — que chegou a integrar, num primeiro

instante, a comissão para ação do governo Tancredo Neves (Copag) — afirmou que "milhões de desempregados, que estavam esperançosos, hoje continuam desempregados, mas desencantados, sem contar as pessoas abandonadas nas ruas. Frisou: 'A máquina governamental hoje se fechou e age como no passado. Se queremos discutir mudanças, temos que falar em política de rendas. Na sua opinião, o País está vivendo um 3º momento, em relação à administração federal, que é de desencanto. "Vinte anos se passaram e podemos chegar ao 4º momento, que é de repulsa e revolta, completando o ciclo da maldição".

Ele garantiu que não está na oposição, mas entende que se for completado o "ciclo da maldição", o Brasil inevitavelmente entrará num "período de trevas, já que o governo se perdeu diante das pressões das oligarquias".

Dallari

O professor de Direito da Universidade de São Paulo, o Jurista Dalmo de Abreu Dallari, propôs ontem na abertura do VI Congresso Brasileiro de Economistas, que o Poder Executivo ou o Congresso Nacional notifiquem os seus credores externos de que vai suspender o pagamento da sua dívida até o Poder Judiciário decidir sobre a sua legalidade, no todo ou em parte.

Para o professor Dallari, as dívidas contraídas pelo Executivo sem a aprovação do Congresso Nacional são inconstitucionais e ilegais, tanto na forma quanto no Conteúdo, uma vez que a Constituição Federal atualmente em vigor determina em seu artigo 44, inciso I: "É competência do Congresso Nacional: resolver definitivamente sobre os tratados, convenções e atos internacionais celebrados pelo presidente da República".